

RESPOSTAS AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO ELISEU KOPP

Data: 22/01/2021

Empresa solicitante: ELISEU KOPP & CIA LTDA

CNPJ:

Respostas:

- 1) a) Compatível com o conteúdo do edital
- b) c) Compatível com a Tabela 1: Quantitativo de Fornecimento

2) Marco inicial da vigência contratual será determinado pela Secretaria de Segurança Pública, Trânsito e Transportes, previamente à celebração do contrato. O contrato será regido pelo Inciso II do Artigo 57 da Lei 8666/1993. Resposta:

O edital, em sua página 29, no título que trata “Do prazo de vigência”, traz:

“O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos conforme Art. 57 da Lei n.º 8.666/1993.”

O anexo VIII, que traz a minuta contratual, em sua cláusula terceira, que trata do prazo, assim preceitua:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

3. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos: (...).”

O Impugnante questiona o prazo estabelecido pela Administração Pública, afirmando serem os 12 meses prazo que contraria o princípio da economicidade em face de ter a licitante vencedora de diluir seus custos neste curto período de tempo.

A administração Pública estabeleceu este prazo e o mantém, em face dos seguintes motivos:

Primeiro pela permissão legal de o fazê-lo com embasamento no art. 57, da Lei Federal nº 8666/93, em estrito cumprimento ao princípio da legalidade:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos: (grifo nosso)

(...)

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

Segundo porque, a vigência dos créditos orçamentários está atrelada à vigência do exercício financeiro, motivo pelo qual fixamos o prazo de 12 meses, ademais, importante ressaltar que no caso da contratação em comento, cujos serviços são de execução contínua, esse prazo poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, o que possibilita a obtenção de preços e condições mais vantajosas para as contratações públicas.

Neste mesmo sentido, o Professor Marçal Justem Filho, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Editora Dialética, 14ª edição, página 727 assim ensina:

“A orientação tradicionalmente adotada pelo autor foi no sentido de que a Administração disporia de discricionariedade para determinar o prazo da contratação. Isso significava admitir a possibilidade de fazer-se a contratação, desde logo, por período total de sessenta meses.

Mas a superveniência da Lei de Responsabilidade Fiscal (e das sanções pelo descumprimento dos deveres ali consagrados) tem conduzido à prevalência de que a contratação submetida ao regime do art. 57, II, deve observar os limites da vigência dos créditos orçamentários. Segundo esse enfoque, promove-se a contratação com prazo de vigência até o término do

exercício. Ao início do exercício subsequente, formaliza-se a renovação. E assim sucessivamente até se atingir a sessenta meses (sendo irrelevante a exigência de que a renovação seja feita por períodos “iguais”).”

Portanto, ante o exposto, em respeito aos preceitos da Lei de Licitações conjugados com as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Administração mantém o prazo de 12 meses estabelecidos em seu edital, em consonância com o Inciso II, Artigo 57, da Lei 8666/1993.

- 3) Compatível com o conteúdo do edital;
- 4) Devera ser compatível com a proposta do proponente;
- 5) Sim, está correto;
- 6) Sim, está correto;
- 7) Compatível com o conteúdo do edital;
- 8) Conforme cláusula 20.10 do edital: “Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.”;
- 9) a) somente para realocações à faixas indicadas;
b) Negativo;
- 10) Sim, está correto;
- 11) De acordo com as especificações técnicas o aproveitamento mínimo é de 70%;
- 12) Sim, está correto.

Thiago Pereira de Carvalho

Pregoeiro